O JORNAL DE TODOS OS ACREANOS

A TRIBUNA

Visite www.atribuna.com

e-mail-jornalatribunac@gmail.com

R$ 2,50 | Rio Branco, sexta-feira, 22 de outubro de 2021 | Ano XXII - Número 7.292

Carta de intenções assinada com governo boliviano visa reprimir crimes na fronteira

Autoridades exibem carta de encontro binacional

Acre, Rondônia e estados do Centro Oeste firmaram convênio com a Bolívia com 17 itens para refrear crimes transfronteiriços, especialmente roubo e furto de carros levados ao país vizinho para serem trocados por drogas. O documento é resultado de encontro binacional sediado no Acre. **Página 8**

Ex-secretário de Educação é condenado à devolução de R$63 mil

A conselheira Dulcinéia Benício Araújo negou provimento do recurso do ex-secretário estadual de Educação, Marco Antonio Brandão e do subsecretário José Alberto Nunes (Xaxá) e manteve a reprovação da prestação de contas correspondente ao exercício de 2017. O plenário do Tribunal de Contas do Estado do Acre (TCE-AC) condenou o ex-secretário estadual de Educação, Marco Antonio Brandão e o subsecretário José Alberto Nunes (Xaxá), a devolução da quantia de R$63.273,43 por não apresentar as notas fiscais dos serviços contratados. **Página 3**

Márcio Bittar impede acesso de sindicalista na audiência de privatização dos Correios

A sindicalista Suzy Cristiny Amin, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Empresa de Correios e Telégrafos do Acre (Sintect-AC), participou do ato realizado na frente do Congresso Nacional para protestar contra a privatização dos Correios e reivindicar uma nova audiência pública com presença da categoria. **Página 5**

Edvaldo assume Saerb com foco na reversão

O prefeito Tião Bocalom escolheu o administrador Edvaldo Fortes de Andrade, da diretoria de Previdência da RBPrev para assumir a presidência do Serviço Água Esgoto Rio Branco (Saerb). **Página 4**

Senadora recebe caderno de proposta de emendas do governo e reafirma parceria com Gladson Cameli

Senadora assume compromisso de destinar recursos

A senadora Mailza Gomes recebeu das mãos do representante do Acre em Brasília, Ricardo França, o caderno de propostas prioritárias para emendas individuais e de bancada referentes à Lei Orçamentária Anual do próximo ano. Na oportunidade, a senadora reafirmou mais uma vez seu compromisso com o Governo de Gladson Cameli e com o povo do estado do Acre.No material apresentado constam 32 projetos voltados para cidadania e segurança; 19 projetos na área de economia e agronegócio; três voltados para gestão institucional e 26 projetos para infraestrutura e desenvolvimento. Página 5

Operação policial deflagrada simultaneamente

Polícia tira de circulação membros de uma organização criminosa

Autoridades policiais fizeram um balanço positivo da operação "Maleficent" deflagrada nos Estados do Acre e Mato Grosso. Durante a ação policial nos municípios de Rio Branco, Plácido de Castro, Sena Madureira, Cruzeiro do Sul e Rondonópolis (no Mato Grosso), foram cumpridas 25 mandados de prisão preventiva e 12 de buscas e apreensões. **Página 3**

Artigo

Chegou o dia: Guedes admite às claras furar ou mudar teto de gastos para atender ao chefe

Fernando Jasper*

Por muito tempo Paulo Guedes negou, desmentiu, desconversou. Mas em algum momento o ministro da Economia teria de admitir abertamente que precisará descumprir o teto de gastos – ou então mudar a regra – para atender às pressões do presidente Jair Bolsonaro e da ala política do governo.

Esse dia chegou: quarta-feira, 20 de outubro de 2021, faltando pouco menos de um ano para as eleições presidenciais.

Guedes deixou claro que o objetivo é garantir um Auxílio Brasil de R$ 400 por família. O ministro e sua equipe trabalhavam por R$ 300, mas o presidente avisou que queria mais, e logo. "Queremos ser um governo reformista e popular. Não populista. Os governos populistas estão desgraçando seus povos na América Latina", disse o ministro.

O teto de gastos é a principal regra fiscal do país. Ele busca impedir que o conjunto das despesas públicas avance além da inflação. Instituído por emenda constitucional no fim de 2016, entrou em vigor em 2017 e vale por vinte exercícios financeiros (até 2036), podendo ter suas regras de correção revisadas no décimo ano (2026).

Mas Guedes, até há pouco um defensor inflexível do teto de gastos, agora fala em revisar a regra já, logo no quinto ano de vigência – ou seja, durante o jogo, na metade do primeiro tempo. Outra possibilidade citada por ele é pedir uma licença para gastar além do teto. Nas palavras do ministro, essa licença seria de R$ 30 bilhões e temporária, valendo apenas para 2022. Sim, o ano da eleição.

Eu disse no início que o ministro admitiu abertamente. Mas admitiu do jeito dele. Sobre a revisão da regra, falou em "sincronização de despesas". Traduzindo: ele quer que o índice usado para corrigir o teto seja o mesmo que reajusta as principais despesas obrigatórias.

Hoje o teto é corrigido pelo IPCA acumulado em 12 meses até junho. E alguns dos principais gastos (aposentadorias, pensões, abono salarial, seguro-desemprego, Benefício de Prestação Continuada) são reajustados pelo INPC de 12 meses até dezembro.

Faz sentido usar o mesmo índice e com a mesma data-base? Sim, todo o sentido. Mas por que falar nisso só agora? Por oportunismo. Nas atuais circunstâncias, dependendo do índice e da data-base escolhidos, essa revisão poderia abrir espaço fiscal para mais gastos. Até meses atrás, o descasamento entre os índices de correção favorecia o governo, com o reajuste do teto superando o das despesas obrigatórias, mas a inflação avançou tanto nos últimos meses que a vantagem se perdeu.

Outra possibilidade, segundo o ministro, seria pedir um "waiver" na regra do teto. A expressão significa algo como renúncia de um direito, dispensa de uma exigência.

Em outras palavras, Guedes quer uma permissão para gastar fora dos limites. Mas temporária, ele garante: "Como nós queremos essa camada de proteção para os mais frágeis, nós pediremos que isso viesse como um waiver, para atenuar o impacto socioeconômico da pandemia. Estamos ainda finalizando, vendo se conseguimos compatibilizar isso".

Chama atenção que Guedes tenha capitulado horas depois de sua equipe publicar um longo texto defendendo a manutenção do teto de gastos. "O compromisso do governo brasileiro com a responsabilidade fiscal é reafirmado a cada dia, através de ações que primam pelo equilíbrio das contas públicas e eficiência dos gastos", diz o comunicado da Secretaria de Política Econômica, chefiada por Adolfo Sachsida, um dos principais auxiliares de Guedes.

"A manutenção do teto de gastos é determinante nesse contexto, uma vez que esta medida tem permitido a imposição de limites ao gasto público e contribui para a sua racionalização", diz o texto mais adiante.

A inflação está elevada, puxada por itens essenciais como os alimentos. Mais brasileiros estão passando fome, o Bolsa Família não é reajustado desde 2018 e 2 milhões de famílias que têm direito ao benefício não o recebem porque o governo diz não ter dinheiro para pagar. A correção é mais que necessária.

Vergonhosa é a forma como Guedes e seu chefe lidam com a questão.

De um lado, Bolsonaro finge levar o regime fiscal a sério (na quarta pela manhã mesmo disse que ninguém furaria o teto e que os recursos para o Auxílio Brasil viriam do Orçamento) enquanto trabalha nos bastidores (e às vezes publicamente) para torpedeá-lo.

O ministro, por sua vez, passou boa parte do governo jurando lealdade cega ao regime fiscal, recusando-se a admitir qualquer discussão sobre o assunto, ao mesmo tempo em que se via obrigado a elaborar artimanhas para driblar a norma – e com elas provocando alta de juros e dólar, aumento no risco do investimento produtivo e tudo mais.

Ambos estão, desde o início da pandemia, prometendo coisas como Renda Brasil, Renda Cidadã e Auxílio Brasil – qualquer coisa que não fosse "reajuste do Bolsa Família".

Tiveram muito tempo para construir um programa social decente e assegurar seu financiamento. O que conseguiram foi rebatizar a transferência de renda e mudar suas regras, ameaçando os benefícios de mais de 5 milhões de famílias.Agora, agem às pressas – o auxílio emergencial termina no fim do mês e o Bolsa Família deixa de existir no início de novembro – e por conveniência.

Fernando Jasper* é formado pela UFPR, foi redator do site AgRural, especializado em commodities agrícolas, e está na Gazeta do Povo desde 2005.

A TRIBUNA

SERVIÇOS EDITORIAIS A TRIBUNA LTDA, com sede na Avenida Ceará, nº 3357 - loja "2" - Telefone 3226-2626 - Jardim Nazle - ao lado da Central Globo - CEP: 69918-108 - CGC: 84.321.900/001-20 - Insc. Estadual 01.001.619/001-40

DIRETOR-GERAL: Ely Assem de Carvalho — DIAGRAMAÇÃO: Márcio Ferreira — REDAÇÃO: Cezar Negreiros e — FOTOGRAFIA — REVISÃO

Assinatura Semestral: R$ 350,00 — Assinatura Anual: R$ 700,00

TABELA DE PREÇOS DE PUBLICAÇÕES - JORNAL IMPRESSO

Valores por cm/col em reais

ESPAÇOS	Terça-sábado	Domingo
Primeira Página	183,69	214,02
Informe publicitário / Opinião / A pedidos	26,88	33,34
Página determinada	55,91	64,53
Página indeterminada	51,99	62,70
Encarte – milheiro – até 8 lâminas	150,00	150,00
1 página indeterminada	13.101,48	15.800,40
½ página indeterminada	6.550,74	7.900,20
Rodapé 6 colunas x 6cm	1.871,64	2.257,20
Rodapé 6 colunas x 8cm	2.495,52	3.009,60
Obs: acrescentar 30% no valor para anúncios coloridos		
ASSINATURA ANUAL JORNAL IMPRESSO – R$ 700,00		

* *Artigos e matérias assinados não são de responsabilidade do jornal nem correspondem, necessariamente, a sua opinião*

BomDia

Aeródromos
Está marcada para a próxima semana, a partir de segunda-feira, a inauguração dos aeródromos de Porto Walter e Marechal Thaumaturgo, obras do governo do Estado, por meio do Deracre, executadas, totalmente, por recursos próprios.

Porto Walter
O investimento em Porto Walter, o investimento total foi de R$ 4.036.961,58 incluindo serviços de adequação da cerca e da pista de pouso do aeródromo, sinalização horizontal, aplicação de microrevestimento asfáltico a frio com emulsão modificado com polímero e fornecimento de insumos e agregados para aplicação de microrevestimento asfáltico a frio.

Marechal Thaumaturgo
Em Marechal Thaumaturgo, o valor total de investimentos foi de R$ 2.270.764,85, que inclui tapa buraco e cercamento com estacas de madeira e arame liso, nos 1200m da pista e aplicação do microrevestimento asfáltico. Tudo com recursos do estado.

Estradas
Os deputados estaduais foram surpreendidos com informações do DNIT de que haverá um corte brutal de orçamento para a manutenção das BRs e que, possivelmente, no próximo ano não haverá dinheiro sequer para os contratos que estão sendo novamente licitados. A possibilidade de fechamento da BR-364 até Cruzeiro do Sul passa a ser real.

Críticos
O DNIT aponta mais de mil pontos críticos na rodovia, a maior parte entre Sena Madureira e Feijó e o diretor do Dnit, Antônio Carlos, afirmou que os deputados precisam se mobilizar e sensibilizar a bancada federal para lutar pelos recursos ou a situação ficará incontornável.

Dinheiro
A questão é que cada dia fica mais clara a limitação orçamentária do próximo ano, especialmente com a criação do Auxílio Brasil que vai furar o teto de gestos em pelo menos R$ 30 bilhões e a situação não definida dos precatórios. Vai ser difícil arrumar dinheiro para as estradas do Acre.

Esperança
Uma esperança pode ser a possibilidade do senador márcio Bittar se tornar ministro de Bolsonaro na janela de desincompatibilização. Aí, quem sabe...

PL
O senador Márcio Bittar, que é bem-informado nessa área, disse que presidente Bolsonaro teria batido o martelo para se filiar ao PL, que será o destino da deputada Mara Rocha no Acre, Mas que vai manter a disposição de apoiar Gladson à reeleição do estado. Vem problema por aí.

Pesquisa
Márcio Bittar pretende fazer ainda este ano uma ampla e significativa pesquisa de opinião em todos os municípios, sobre temas políticos e administrativos, para medir o pulso da população e balizar suas ações políticas e eleitorais. Será um levantamento detalhado e com um universo bem significativo.

Para comemorar
O setor da segurança pública é um dos que mais avança no Acre, evidenciando a presença do Estado no dia a dia do acreano. Desde sua posse, em janeiro de 2019, Gladson Cameli contabiliza ações concretas e eficazes no combate à criminalidade.

Sem comparação
Se não bastasse a efetividade dos dados apresentados pelo Observatório de Análise Criminal do Ministério Público Estadual, apontando, nos últimos nove meses, uma redução de 35,1% nas mortes violentas intencionais, vislumbra-se, a partir desses números, o melhor desempenho do Estado nos últimos 10 anos.

Trabalho intenso
E são esses mesmos números que mostram, no mesmo período, a considerável marca de 100% dos crimes de feminicídios elucidados, o que evidência, ainda mais, o compromisso das forças policiais acreanas com a sociedade.

Interceptação policial
Isso não significa que se está livre das ações criminosas de quem prefere andar além das leis. No entanto, como em fato recente, referente ao desaparecimento de um motorista de aplicativo, resgatado pela PMAC. Sabe-se que, como neste ou em todos os outros casos similares, houve interceptação imediata da polícia.

Estado forte
De ressaltar, em dois dos últimos casos, houve troca de tiros entre policiais e infratores, bem como as vítimas foram resgatadas, o patrimônio recuperado, os criminosos foram presos ou, infelizmente, neutralizados em razão da resistência armada e violenta.

PPA
O Prefeito Tião Bocalom enviou e a Câmara dos Vereadores aprovou o PPA - Plano Plurianual para o quadriênio 2022-2025, Inclui a implantação de novos restaurantes populares, recursos para a municipalização da água, novo conselho tutelar e informatização de escolas.

Guarda
Mas um dos assuntos mais polêmicos foi emenda aprovada que prevê a criação da guarda municipal. Esse é um assunto recorrente e deveria se mais bem analisado pelos vereadores. Ver a experiência de outras capitais e grandes e médias cidades em que a guarda municipal tem se transformado em um poço sem fundo de dinheiro investido. E com graves problemas de disciplina e fora do controle das administrações municipais.

Ponta do lápis
Basta botar na ponta do lápis e ver como são imensas as despesas para a criação de uma mera guarda patrimonial. São salários e soldos, equipamento, uniformes, viaturas, sedes, alimentação, diárias, treinamento, armas e munições, estrutura hierárquica com vencimentos diferenciados, enfim, gastos e mais gastos permanentes. Um sumidouro de dinheiro para pouca modificação na questão da segurança. Nada que um investimento da prefeitura na Polícia Militar, para mais homens e mais policiamento não resolvesse. Ainda é tempo de analisar bem.

Demissão
A demissão do diretor do Hosmac acusado de assédio e prevaricação foi uma medida necessária, para que autoridades, servidores descubram, finalmente, que o respeito deve imperar na administração, que o recato, que as normas de conduta devem ser seguidas.

Posição
A vereadora Lene Petecão, que desde que a denúncia foi formulada se bate pela apuração rigorosa e pelo afastamento do diretor acusado comemorou com razão a vitória de suas propostas e posições. De grande coerência.

Desafio
O maior desafio do experiente Osmir Lima será montar chapas competitivas no PSDB acreano, para compensar a impossibilidade de coligações proporcionais. Tem articulação para isso. Para buscar insatisfeitos em outras legendas e para lançar novas lideranças. Mas não será tarefa fácil.

OAB
Está marcada para 19 de novembro a eleição na OAB acreana. Duas chapas estão se engalfinhando em uma campanha marcada por fortes acusações e ironias. Erick Venâncio busca a reeleição com a chapa liderada por Rodrigo Ayache. Faltando menos de um mês, o clima da disputa pega fogo.

Remédios
A secretária municipal de Saúde, Sheila Andrade prometeu regularizar a crise da falta de medicamentos das unidades de saúde a partir do dia 02 de novembro, quando as empresas vencedoras das licitações começam a entregar os remédios comprados pelo município. Ela respondeu denúncia do vereador Arnaldo Barros de que estariam faltando remédios prioritários de uso contínuo.

Falta
Estariam em falta sulfametazol, metformina, fundamental para pacientes com diabetes tipo II, atenolol e enalapril para hipertensos, fluconazol para fungos, fraldas para idosos - que há meses não são entregues - e até comprimidos de aspirina e outros antitérmicos. Espera-se que o prazo final seja cumprido.

Ex-secretário de Educação é condenado à devolução de R$63 mil

O plenário do Tribunal de Contas do Estado do Acre (TCE-AC) condenou o ex-secretário estadual de Educação, Marco Antonio Brandão e o subsecretário José Alberto Nunes (Xaxá), a devolução da quantia de R$63.273,43 por não apresentar as notas fiscais dos serviços contratados. A relatora do caso, conselheira Dulcinéia Benício Araújo negou provimento do recurso e manteve a reprovação da prestação de contas correspondente ao exercício de 2017. Além de estipular uma multa no valor de R$14.280,00 para ser recolhido aos cofres do Estado num prazo de 30 dias, mas a decisão ainda cabe recurso.

Conselheiros mantiveram reprovação das contas dos ex-gestores

O relatório do procurador do Ministério Público de Contas (MPC) Sérgio Cunha Mendonça apontou inconsistência no contratado de uma empresa terceirizada para a área de limpeza, inclusive nos repasses de R$336.340,00 para uma empresa destinada à construção de uma escola, no município de Mâncio Lima (região do Vale do Juruá).

Em seguida, o presidente do Tribunal de Contas do Estado do Acre (TCE-AC) Ronald Polanco teve de usar o voto de minerva para instauração de procedimento investigatório de tomada de contas especiais da Agência de Negócios do Acre (Anac) que teve um prejuízo de R$58 milhões nas parcerias público/privada na área da agroindústria. Os conselheiros Antonio Malheiros, Cristovão Messias e Maria de Jesus Carvalho eram favoráveis à devolução da quantia pelos ex-gestores da autarquia, enquanto as conselheiras Naluh Gouveia, Dulcinéia Benício Araújo e o conselheiro Ribamar Trindade defendiam a instauração do processo de tomada de contas especial para apurar o caso.

A auditoria do Tribunal apontou que o governo do Estado aplicou a quantia de R$19 milhões na criação do empreendimento da Peixes da Amazônia, mais 13 milhões na Dom Porquito, quase R$ 5 milhões na Juruá Peixes e R$ quase R$3 milhões no Fundo de Investimentos Xapuri S.A., mas o prejuízo acumulado chegou em torno de R$36,7 milhões jogado no ralo. "Não podemos concordar que os recursos sejam aplicados na iniciativa privada, sem nenhum retorno aos contribuintes acreanos", lamentou o conselheiro Malheiros.

Diretor do Hosmac acusado de assédio sexual é exonerado

O Governador Gladson Cameli exonerou o enfermeiro Halisson Lima de Oliveira do cargo de gerente geral do Hospital de Saúde Mental do Acre, o Hosmac. Ele é acusado de assédio moral e sexual, fato acontecido em agosto, já denunciado ao Ministério Público, com amplas evidências e fotos, Em seu lugar dele assume Caroline Perpétuo Formiga Pires Carvalho, médica da unidade com mais de dez anos de experiência. O decreto de exoneração foi publicado no Diário Oficial de hoje.

As primeiras denúncias contra Halisson Oliveira foram feitas por servidores diretamente ao vereador Adailton Cruz (PSB), que também é dirigente do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Estado do Acre. Ele levou o caso à público e ao plenário da Câmara dos Vereadores e encaminhou o caso ao Ministério Público estadual e à direção da Secretaria de saúde que apurou o acontecido.

A exoneração do enfermeiro não encerra as investigações. O diretor exonerado, mesmo diante de farto material probatório, inclusive com fotos escandalosas nega tudo e se diz vítima de servidores insatisfeitos.

Aluno do curso de formação de soldados testa positivo para covid-19

Um aluno do curso de formação de soldado da Polícia Militar do Acre (PMAC) testa positivo para covid e oito colegas da mesma turma manifestaram os sintomas clássicos da doença, mas o comando-geral da corporação não informou se recrutas estavam imunizados. Por medida de prevenção, os oficiais suspenderam temporariamente o Curso de Formação de Soldado (CFSD) após um dos alunos testar positivo para covid-19.

A corporação revelou que mais oito alunos apresentaram os sintomas da doença e devem ser submetidos ao teste swab para confirmação sorológica ou não da contaminação pelo coronavírus.

De acordo com a assessoria, com os resultados em mãos na próxima semana, a corporação deve avaliar o retorno das atividades no centro de treinamentos.

Aproximadamente 194 alunos estavam completando a oitava semana do processo de capacitação profissional. Cerca de 92 soldados, sendo 74 homens e 18 mulheres, foram convocados recentemente para o curso de praça, sem exigência do cartão de vacinação contra a covid-19. Os candidatos foram convocados do cadastro de reserva do concurso da Polícia Militar do Acre de 2017, a previsão que até o primeiro semestre do próximo ano, eles sejam incorporados na caserna.

Polícia tira de circulação membros de uma organização criminosa

O delegado da Polícia Federal (PF) Otávio Fonseca, acompanhado do diretor-geral da Polícia Civil do Acre (PC) Josemar Moreira Portes, destacou que 13 pessoas foram presas, no dia de ontem, durante a operação "Maleficent" nos Estados do Acre e Mato Grosso. As polícias continuam no encalço dos demais integrantes da organização criminosa, que contava com ramificações nos municípios de Rio Branco, Plácido de Castro, Sena Madureira, Cruzeiro do Sul e Rondonópolis (no Mato Grosso). "As equipes deram cumprimento a 25 mandados de prisão preventiva e 12 de buscas e apreensões", revelou.

Operação policial deflagrada simultaneamente

A autoridade policial informou que as investigações começaram no ano passado com a prisão, em flagrante, de um passageiro detido no aeroporto de Rio Branco com quatro quilos de cocaína. Durante o interrogatório, descobriram que a droga tinha como destino a cidade de João Pessoas, capital do Estado da Paraíba.

A apuração apontou que o passageiro detido com a droga, mantinha estreitas ligações com uma organização criminosa do Rio de Janeiro e forte atuação no Acre. A Força Tarefa de Segurança Pública, composta pela Polícia Federal, Polícia Civil (PC) e Polícia Militar do Acre (PMAC), tinha como público-alvo os membros de organizações criminosas envolvidas no narcotráfico e crimes violentos dentro e fora do sistema prisional do Estado. "Um dos detidos tinha participado, no dia anterior, de uma audiência de custódia e liberado para responder em liberdade da acusação por tráfico de drogas", observou o delegado da PF.

Revelou que nos últimos meses, foram presas mais de 100 pessoas, ligadas a organizações criminosas. Acrescentou que maioria dos criminosos presos já respondiam por delitos graves como tráfico de drogas e porte ilegal de arma de fogo. "Agora, serão indiciados pelo crime de integrar organização criminosa (artigo 2º da Lei 12.850/2013), cuja pena varia de 3 a 8 anos de prisão", declarou. A operação foi batizada de MALEFICENT (Malévolo), porque o principal investigado era popularmente conhecido na organização criminosa, pelos demais comparsas pela alcunha de Malévolo.

ONG ambiental ministra curso de monitoramento das queimadas

Desde 2019, o WWF-Brasil vem fortalecendo ações que monitorem queimadas e desmatamento na sua região. A Organização Não-Governamental (ONG) realiza mais um curso de treinamento para uso de drones na região da Amazônia Ocidental. O curso acontecerá nos dias 25 a 27 deste mês, com a participação de 20 representantes das associações AMOPREX, AMOPREAB, CPI, BPA-AC, MPAC, SEMA e SOS Amazônia.

O curso terá momentos teóricos no sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Xapuri e práticas na área do aeródromo dentro da cidade de Xapuri. Já no dia 28 pela manhã a prática será realizada na Resex Chico Mendes, na possível região do seringal Floresta.O WWF-Brasil iniciou em 2019 a execução do Projeto "Ação Emergencial contra Queimadas" fortalecendo os trabalhos focados no combate a queimadas e no monitoramento territorial na Amazônia com o objetivo de reverter o cenário de aumento do número de queimadas por meio da utilização de veículos aéreos não tripulados (aeronaves remotamente pilotadas – RPAs, ou popularmente conhecidas como drones) - para monitorar territórios e tentar antecipar problemas.

Numa ação articulada, o WWF-Brasil apoiou 6 estados amazônicos: Acre, Amazonas, Rondônia, Pará, Maranhão e Mato Grosso; 9 órgãos de governos estaduais e municipais; e 24 organizações da sociedade civil, dentre elas ONGs, associações extrativistas e indígenas. Também foram realizados cerca de 60 treinamentos, cursos, oficinas e assembleias com quase 3 mil participantes. Mais de 7 mil equipamentos voltados principalmente a atividades de brigadas de combate ao fogo e monitoramento territorial foram doados. Desde agosto de 2019, cerca de 70 mil pessoas foram beneficiadas diretamente e 3,7 milhões foram beneficiadas indiretamente por nossos projetos na Amazônia.

Com vistas à complementaridade destas ações o WWF-Brasil promoverá um treinamento e capacitação com o objetivo de ampliar os conhecimentos no desempenho de atividades voltadas ao combate de incêndios, monitoramento e proteção de áreas de florestas.

Edvaldo Fortes assume presidência do Saerb com foco na reversão

O prefeito Tião Bocalom já escolheu o novo presidente do Serviço Água Esgoto Rio Branco (Saerb). Trata-se do administrador Edvaldo Fortes de Andrade, ex-bancário que foi um dos diretores do Grupo Araújo por 20 anos, e a convite do prefeito Bocalom, no início da gestão, assumiu a diretoria de Previdência da RBPrev. Nesta quinta-feira, 21, Edvaldo Fortes aceitou o convite do prefeito para substituir Pollyana Souza, na presidência do Saerb.

Ex-diretor do RBPrev assume comanda da autarquia

O prefeito Tião Bocalom o apresentou aos servidores como novo diretor-presidente ainda nesta manhã. "Nosso foco, neste momento, é organizarmos a reversão do Saerb com segurança para evitar estresse ao consumidor. Isso é um compromisso do prefeito, que, estamos empenhados em fazer acontecer", disse Fortes.

O novo presidente disse que ainda está se inteirando dos trabalhos e que sabe o tamanho do desafio. Ratificou que a reversão do Saerb é uma das bandeiras do prefeito Tião Bocalom e que vai buscar implementar no setor público as boas práticas de gestão da expertise que trouxe da iniciativa privada.O chefe da Casa Civil, Valtim José e outros assessores participaram da cerimônia.

Escolas municipais contarão com horta comunitária

Prefeitura de Rio Branco vai implantar o projeto "Hortas e Fazendinhas nas Escolas"

A prefeitura de Rio Branco, por meio da secretaria Municipal de Educação (Seme), participou de uma reunião, na manhã dessa quarta-feira, 20, com os diretores da secretaria Municipal de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Econômico (Safra). O encontro ocorreu na secretaria de Educação, localizado no bairro Bosque. O objetivo foi mostrar o projeto da psicopedagoga, Marilu Aguilar, que tem como finalidade colocar à disposição das escolas ferramentas pedagógicas como as hortas orgânicas e sustentáveis. "Estamos selecionando escolas de acordo com as condições. Esta horta vai ajudar e servir como uma estratégia metodológica para os professores, uma ferramenta para ensinar valores, estimular a alimentação saudável e contribuir na merenda escolar", disse Aguilar.

Segundo a coordenadora municipal da Educação Ambiental, Sueli França, esse projeto para a educação é muito importante para todos que trabalham com o ensino-aprendizagem das crianças do ensino fundamental I.

"Dentro dessa temática das hortas escolares, nós vamos poder trabalhar a questão da educação ambiental, como o consumo consciente, a preservação do meio ambiente, a segurança alimentar. E com isso, a gente pretende levar à comunidade do entorno para a escola, pois é muito importante a participação de todos", afirmou a coordenadora.

De acordo com o diretor da Safra, Fernando Guedes, a visita a Seme foi um pedido do Prefeito Tião Bocalom que tem tido a preocupação com a educação alimentar das crianças do município e que tem um sonho antigo de criar esse projeto "Hortas e Fazendinhas nas Escolas", para incentivar o cultivo de hortaliças nas escolas de Rio Branco. "O projeto piloto será em uma escola do Manoel Julião e irá atender também outras regionais da capital. É uma forma de podermos educar nossas crianças, com a educação alimentar, e futuramente estar preparando essas crianças para o mercado de trabalho", assegurou o diretor.

Fernando Guedes disse ainda que se sente muito feliz em fazer parte dessa gestão compartilhada e preocupada com o bem estar da população. " A gestão Tião Bocalom sempre visa o bem estar da população e que a gente consiga fazer a economia do município girar", concluiu.

Prefeitura participa de Webinar de regularização dos Fundos Municipais dos Direitos da Criança

A Prefeitura de Rio Branco, por meio da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (SASDH), participou na tarde desta quinta-feira, 21, de um Webinar sobre a regularização dos Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente. A reunião foi realizada pelo governo do Estado do Acre e o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, em parceria com a Associação dos Municípios do Acre (Amac). Na ocasião, estavam presentes representantes do governo Federal e dos municípios do Acre.

As regularizações dos respectivos fundos municipais são imprescindíveis para a captação de recursos para a Infância e Adolescência, fortalecendo assim as políticas públicas para este público prioritário. Hoje o conjunto dos municípios acreanos, segundo o Governo Federal, tem deixado de arrecadar mais de 15 milhões de reais por conta das irregularidades dos Fundos.

Segundo a gerente do Departamento de Promoção dos Direitos Humanos, Rebeca de Paula, o objetivo do Webinar foi para chamar a atenção dos prefeitos que ainda não regularizaram o fundo municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Apenas quatro municípios do Acre que estão com os fundos regularizados.

"Entre eles está o nosso município de Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Sena Madureira e Rodrigues Alves. E tem alguns municípios que estão com algumas pendencias. É importante lembrar que o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tem como principal objetivo fomentar as políticas públicas voltadas aos direitos das crianças e dos adolescentes e nesse sentido é importante que todos os municípios estejam regularizados para captar o recurso", disse a gerente.

De acordo com a vice-prefeita e secretária da SASDH, Marfisa Galvão, o Webinar foi muito importante para alinhar as tratativas e ter a oportunidade de ajudar os demais municípios que estão irregulares com os fundos municipais.

"Graças a Deus o município de Rio Branco está regularizado para receber esses fundos. Nós, como prefeitura de Rio Branco e estou falando hoje pelo nosso prefeito Tião Bocalom, estamos com mais de 400 mil reais em conta para que os projetos sejam deliberados pelo Conselho da Criança e do Adolescente e possa ser executados", afirmou Galvão.

Brasileia é contemplada com as ações da Semapi

Com uma filosofia colocada em prática para desburocratizar o acesso dos produtores rurais às políticas públicas, a gestão Gladson Cameli adota diversas medidas que aproximam os serviços oferecidos pelos órgãos públicos à população, principalmente às residentes na zona rural e áreas isoladas.

Uma dessas ações itinerantes é a Carreta Ambiental, um projeto do governo do Acre, que reúne todas as instituições do Sistema Estadual de Meio Ambiente. Trata-se de uma unidade móvel com estrutura completa para atendimentos a homens e mulheres do campo, além de possuir um espaço para capacitações de técnicos e gestores municipais sobre políticas ambientais.

Nesta quinta-feira, 21, a Carreta Ambiental iniciou as suas atividades na cidade de Brasileia, especificamente na praça Hugo Poli, que fica nas proximidades da Rua da Goiaba, popularmente conhecida pelos munícipes. No local, além da unidade móvel, tendas foram montadas para oferecer orientações ambientais, abertura de processos, vistorias, emissão de licenças e certidões de outorgas, e trâmites para a regularização fundiária.

"Após essas ações itinerantes que foram feitas nas cidades de Plácido de Castro e Assis Brasil, agora, chegou a vez do município de Brasileia. Fico feliz em atender o pedido do governador Gladson Cameli, para estarmos estamos cada vez mais próximos do produtor rural, das comunidades tradicionais, desburocratizando a pasta ambiental, prestando informações de fácil compreensão e orientando o produtor rural da melhor forma possível, com toda atenção devida", destaca o titular da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e das Políticas Indígenas (Semapi), Israel Milani.

Além da Semapi, várias instituições públicas estão presentes na Carreta Ambiental, como o Instituto de Meio Ambiente do Acre (Imac), Instituto de Terras do Acre (Iteracre), Secretaria de Produção e Agronegócio (Sepa), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Prefeitura de Brasileia. A gestora municipal, Fernanda Hassem, acompanha de perto, as ações desenvolvidas na praça Hugo Poli.

"Fico contente em ver que a nossa cidade está na rota da Carreta Ambiental, esse grande projeto do governo do Estado, que leva políticas públicas para perto da população, demonstrando os direitos, tirando suas dúvidas entre outras ações. Faço questão de estar presente, e até montamos um estrutura de gabinete aqui na praça, para dialogar e despachar as solicitações da população", relata a prefeita.

Ato solene

Na oportunidade, foi realizada uma solenidade de abertura das atividades da Carreta Ambiental, que contou com a presença dos gestores mencionados anteriormente, além da presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Brasileia e Epitaciolândia, Francisca Bezerra, da prefeita de Cobija, Ana Lúcia Reis, da diretora do Iteracre, Hígia Thaise, do deputado estadual, Antônio Pedro, do vereador Elenilson Cruz, do presidente do Imac, André Hassem, e do empresário Paulo Santoyo.

A deputada federal Vanda Milani também esteve presente e comentou sobre o seu apoio à iniciativa da unidade móvel, que percorrerá, nessa primeira etapa, 11 municípios das regionais do Alto Acre e Baixo Acre, após a destinação de uma emenda parlamentar no valor de R$ 1,5 milhão.

Senadora recebe proposta de emendas do governo do Estado

A senadora Mailza Gomes recebeu na tarde desta quinta-feira, 21, em seu gabinete, das mãos do representante do Acre em Brasília, Ricardo França, o caderno de propostas prioritárias para emendas individuais e de bancada referentes à Lei Orçamentária Anual de 2022. Na oportunidade, a senadora reafirmou mais uma vez seu compromisso com o Governo de Gladson Cameli e com o povo do estado do Acre.

Senadora assume compromisso de destinar recursos das emendas

Da mesma forma que tem apresentado o caderno aos demais parlamentares, França explicou à senadora que o governo preparou 80 propostas para destinação de emendas, feitas por meio de estudos técnicos da Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) e que servirão para que os parlamentares possam elencar suas prioridades.

No material apresentado constam 32 projetos voltados para cidadania e segurança; 19 projetos na área de economia e agronegócio; três voltados para gestão institucional e 26 projetos para infraestrutura e desenvolvimento.

Mailza Gomes reafirmou seu compromisso com o povo do Acre e com o governo Gladson, salientando que colocará sua equipe da área orçamentária para definição das prioridades a serem encampadas. "Agradeço o trabalho feito pelo governo, pois dessa forma o trabalho parlamentar de direcionamento de emendas para as obras no Estado será facilitado. Continuamos firmes no compromisso de, ao lado do Governador Gladson Cameli, buscar o progresso do Acre e o seu desenvolvimento", enfatizou a senadora.

Ricardo França, em nome do Governador Gladson Cameli, agradeceu o trabalho realizado por Mailza Gomes no senado, representando o Acre de uma maneira exemplar e eficaz. "Queremos reiterar a parceria bastante eficaz do governo com a senadora Mailza, parlamentar que não tem medido esforços para que as reivindicações e propostas do nosso Estado tenham voz tanto no parlamento, quanto junto ao Governo Federal", frisou Ricardo França.

Aleac realiza audiência pública para debater sobre privatização do saneamento básico no Estado

Na manhã desta quinta-feira (21), o deputado Jenilson Leite (PSHB) promoveu uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Acre (Aleac), com a presença de representantes do governo, Prefeitura de Rio Branco, Departamento Estadual de Pavimentação e Saneamento (DEPASA), Sindicato dos Urbanitários e vereadores de diversos municípios, para debater os riscos e prejuízos da privatização do saneamento básico de água e esgoto no Estado.

O deputado Jenilson Leite falou sobre a importância do debate e como a privatização do saneamento básico vai afetar a vida de pessoas mais carentes. Ele também pontuou que a eficiência esperada pelo sistema de privatização não tem dado bons resultados, além de terem valores mais altos. Que ao final deste encontro tenhamos um bom resultado acerca dos rumos que esse serviço está tomando no Brasil e no mundo.

"Água é vida! Não podemos entregar mais um serviço essencial para a iniciativa privada. Precisamos discutir, melhorar o serviço, para que ele continue público e de qualidade, com preço acessível a todos. A alegação é que a responsabilidade de saneamento e distribuição de água precisa ser dividida entre os poderes, defende o governo. Caso seja aprovada a privatização no país, as pessoas carentes serão as mais afetadas, já que não vão ter condições de pagar pela água e esgoto", justifica Jenilson Leite.

Durante a audiência foi ministrada uma palestra sobre a lei nº 14.026/20, que trata do saneamento básico e seus impactos no Estado. O preletor, Edson Aparecido, destacou que ter direito a saneamento básico é um direito humano fundamental, mas que, por isso, não pode ser visto como um presente oferecido por um governante.

"Saúdo o deputado Jenilson Leite pela iniciativa, assim como todos os presentes. Poder contribuir com esse debate tão estratégico para o futuro do povo acreano é muito bom. É fundamental que entendamos que saneamento básico não pode ser encarado como política de infraestrutura, mas sim de saúde e vida. Ter água de qualidade 24h por dia, coleta e tratamento de esgoto e lixo é um direito e não dádiva de nenhum governante", afirmou.

O deputado Edvaldo Magalhães (PCdoB), presidente da Comissão de Serviço Público, agradeceu a presença dos representantes das instituições e Câmaras de Vereadores e pontuou que o momento é desafiador. "Minha primeira palavra é de agradecimento pelas instituições que acolheram esse chamamento. Esse é um momento desafiador no Brasil para os que defendem a bandeira do saneamento como instrumento de garantia da saúde do nosso povo. Realço a importância desse assunto. A vinda de vereadores de diversos municípios acreanos demonstra a importância do tema".

A vice-presidente da Câmara de Vereadores da capital, Michele Melo (PDT), falou sobre as doenças provenientes da falta de saneamento básico e seu posicionamento negativo à privatização do sistema. "É muito bom que a população esteja aqui representada. Como médica, sei que o saneamento básico tem um impacto direto na saúde, existem doenças diretamente veiculadas pela água e elas prevalecem justamente nos vulneráveis, na população onde o saneamento básico não chega. Cada real investido no saneamento corresponde a uma economia de R$ 4 reais na saúde pública. A população não precisa da privatização da água".

Janaína Dantas, atual presidente do Saerb, pontuou o compromisso do prefeito Tião Bocalom com a não privatização do saneamento em Rio Branco. "É muito bom ver a preocupação da sociedade e dos parlamentares com a água. A gestão do Tião Bocalom está trabalhando para que não haja privatização da água em Rio Branco. O Saerb está passando por uma transição interna, terá um novo presidente, mas posso afirmar que a partir do dia primeiro de janeiro de 2022 teremos o orçamento da prefeitura para o saneamento".

Atualmente, as cidades firmam acordos direto com empresas estaduais de água e esgoto pelo chamado contrato de programa, que contém regras de prestação e tarifação, mas permitem que as estatais assumam os serviços sem concorrência. O novo marco extingue esse modelo, transformando-o em contratos de concessão com a empresa privada que vier a assumir a estatal, e torna obrigatória a abertura de licitação, envolvendo empresas públicas e privadas.

Os que criticam a proposta dizem que a privatização vai encarecer a conta para os consumidores e as regiões periféricas continuarão desassistidas, pois oferecem pouco lucro para as empresas. Além do que, colocar a água como uma mercadoria fará dela um bem que pode ser negociado pelo seu potencial de lucro e não por sua função social.

Correios: Márcio Bittar barra acesso de sindicalista na audiência

A presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Empresa de Correios e Telégrafos do Acre (Sintect-AC), Suzy Cristiny, participou do ato realizado na frente do Congresso Nacional para protestar contra a privatização dos Correios e para reivindicar uma nova audiência pública capaz de abrir debate de opiniões contrárias sobre a matéria que tramita no Senado e tem como relator Márcio Bittar.

De acordo com a sindicalista, houve articulação do governo para que a sessão marcada para quarta-feira, 20, fosse realizada apenas com pessoas favoráveis à venda da estatal, sendo que outra audiência pública seria marcada exclusivamente para aqueles que defendem que a empresa deva continuar pública. "Existe a necessidade de realizar o confronto de ideias, mas Márcio Bittar marcou uma audiência somente com os favoráveis à privatização e outra com os contrários. É importante existir o debate com a participação de pessoas com ideias divergentes, como, também, o debate em várias outras comissões, o que seria suficiente para o esclarecimento do papel dos Correios e a possibilidade da falta de serviço", afirmou a presidente do Sintect-AC.

O protesto foi organizado pela Federação dos Trabalhadores da Empresa de Correios e Telégrafos do Acre (Fentect). Há mais de dois meses os trabalhadores buscam apoio de parlamentares e realizam atos para evitar a venda da empresa.

Para a presidente, os Correios têm um papel importante para o fortalecimento da economia acreana, mas precisa de vontade política para isso, já que a empresa tem condições financeiras para melhorar os serviços. (Assessoria do Sintect-AC)

Comissão aprova proposta da deputada Mara Rocha

A Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara dos Deputados aprovou o relatório favorável ao Projeto de Lei nº 1.288/2019, e ao PL 2.343/2019, ambos de autoria da Deputada Federal Mara Rocha, que inclui os municípios de Assis Brasil, Plácido de Castro e Capixaba, na Área de Livre Comércio de Brasiléia. O relatório foi de autoria do Deputado Jesus Sérgio, que fez questão de ressaltar o benefício dos Projetos para os municípios contemplados: "O regime fiscal incentivado das ALC permitirá o acesso da população dos três Municípios - Assis Brasil, Capixaba e Plácido de Castro - a bens mais baratos, tanto importados quanto nacionais. A registrar, ainda, o aumento da competitividade do comércio local frente ao das cidades fronteiriças peruanas e bolivianas. De outra parte, se estenderá àqueles três cidades o regime tributário da Zona Franca Verde, de que tratam os arts. 26 e 27 da Lei nº 11.898, de 08/01/09, que consiste na isenção do IPI sobre as mercadorias elaboradas nas ALC, sejam elas destinadas ao mercado externo ou ao mercado nacional, desde que na composição final dos produtos haja preponderância de matérias-primas de origem regional, permitindo, assim, maior dinamismo econômico", explicou o relator.

Mara Rocha fez questão de comemorar o relatório: "Esses Projetos já foram aprovados na Comissão de Integração Nacional e, agora, na Comissão de Desenvolvimento Econômico. Ainda serão apreciados na Comissão de Finanças e Tributação e na Comissão de Constituição e Justiça e espero que nessas comissões os relatórios também sejam favoráveis". "A inclusão desses municípios na Área de Livre Comércio de Brasiléia favorecerá a capacidade de desenvolvimento. Essa inclusão compensará os altos custos logísticos da região, a proximidade com a fronteira boliviana e o consequente vazamento de renda para o exterior, bem como incentivar o setor produtivo local. Os custos fiscais a serem suportados pelo Governo Federal serão mínimos perto dos benefícios que geram e serão compensados pelo aumento de arrecadação de outros tributos", finalizou Mara Rocha.

Casal preso em carro com 38 kg de drogas levando filho de um ano

Policiais do Gefron, grupo de fiscalização de fronteiras, prendeu na madrugada de hoje, na BR317, em Epitaciolândia, prendeu em flagrante um casal que transportava cocaína e maconha em seu veículo no sentido Rio Branco. O detalhe da apreensão é que o casal estava com o filho de apenas 1 ano e 5 meses e carregava na bagagem 38 kg de entorpecentes, sendo 2 kg de maconha e 36 kg de cocaína. As drogas foram apreendidas e os presos foram levados para delegacia de Epitaciolândia, em flagrante.

Resgate - Foi encontrado amarrado e encapuzado na estrada do Amapá o motorista de aplicativo Macicley Ferreira da Silva, que estava desaparecido desde a noite da última segunda-feira (18). Ele foi localizado pela polícia na madrugada de hoje e teria sofrido agressões e ameaças.A polícia conseguiu encontrar o motorista bastante debilitado e o conduziu à delegacia de flagrantes para interrogatório e depois o levou ao pronto Socorro.

O carro que dirigia, modelo Polo, de cor Cinza, Placa QXS3G21, ainda não foi localizado. Não foi informado se a polícia conseguiu prender ou tem pistas sobre os sequestradores. Motoristas de aplicativo chegaram a fazer protesto na ponte velha na quarta-feira por causa do desaparecimento do colega.

G7 recorrerá ao STF caso Aras arquive pedido de investigação de Bolsonaro

Um dia após a votação do relatório final da CPI da Covid-19, prevista para acontecer no dia 26, o documento será entregue à Procuradoria-Geral da República (PGR) para análise dos pedidos de indiciamento. Essa tarefa será feita pelo procurador-geral da República, Augusto Aras, que já arquivou vários pedidos de investigação do presidente Jair Bolsonaro. De acordo com o senador Humberto Costa (PT-PE), o G7, grupo de senadores opositores a Bolsonaro na CPI, já possui planos de como agir caso isso aconteça.

"Se acontecer, nós vamos fazer uma tentativa de apresentação de uma ação penal subsidiária junto ao STF. Com isso, a PGR será obrigada a fazer a avaliação das denúncias que nós apresentamos", antecipou Humberto Costa ao Congresso em Foco. "Mas não podemos fazer um pré-julgamento. Acredito que as coisas vão andar da forma como a população brasileira espera", ponderou.

Para o senador, o risco de arquivamento por parte de Aras é baixo, havendo pouca necessidade de ação por parte do G7. "Eu acredito que, a depender da pressão social que vai ser feita, e que eu creio que será muito grande, vai ser muito difícil ignorar o resultado dessa CPI. Eu acredito que isso [arquivamento] não vá acontecer", afirmou.

O conteúdo deste texto foi publicado antes no Congresso em Foco Insider, serviço exclusivo de informações sobre política e economia do Congresso em Foco. Para assinar, entre em contato com comercial@congressoemfoco.com.br.

Apesar de Augusto Aras já ter arquivado outras representações contra Jair Bolsonaro no decorrer da CPI (como a que atribuía ao presidente a violação de normas sanitárias por não fazer uso de máscara), Humberto Costa considera que o procurador tem muito a perder no caso de arquivamento, especialmente diante do desejo do jurista em assumir um cargo no Supremo Tribunal Federal (STF). "Eu creio que aqueles que se puserem entre o resultado da CPI e as consequências nas investigações sofrerão uma crítica muito firme. E conhecendo sua história, eu não acredito que o Dr. Augusto Aras vá se submeter à condição de advogado do presidente da República", explica.

Para fazer o acompanhamento das denúncias e eventuais processos resultantes da análise do relatório, será criado também o Observatório da Pandemia, bloco parlamentar proposto pelos membros do G7 para garantir os resultados da CPI. Randolfe Rodrigues (Rede-AP), co-autor do projeto que cria a frente, afirma que estará atento também para agir caso Aras decida não se manifestar sobre o relatório.

"Nós entregaremos o relatório no dia 27 de outubro, e aguardaremos a sua manifestação em 15 ou 30 dias. Não ocorrendo, a legislação penal brasileira tem um remédio para isso, que é a ação penal subsidiária da pública. E nós a mobilizaremos para impedir o arquivamento e para que as ações possam prosseguir", declarou Randolfe Rodrigues ao Congresso em Foco.

CPI deve pressionar Aras com pedido de impeachment

Os senadores que integram o chamado G7, grupo majoritário da CPI da Covid, se articulam para pressionar pelo impeachment do procurador-geral da República, Augusto Aras, caso ele decida pelo arquivamento das denúncias apresentadas no relatório final da comissão. A leitura do texto ocorreu na quarta-feira (21) e a previsão é de que ele seja votado na próxima terça-feira (26).

O procurador-geral receberá o documento tão logo ele seja aprovado. A partir daí, deve analisar os pedidos de indiciamento por nove crimes atribuídos ao presidente Jair Bolsonaro. Também é função de Aras analisar os pedidos para indicar os demais nomes citados no relatório que tenham foro privilegiado em função do cargo que ocupam. Entre esses nomes estão os de Flávio e Eduardo Bolsonaro, filhos do presidente, além outros quatro ministros do governo e cinco deputados federais.

Segundo o jornal O Globo, os parlamentares pretendem acompanhar de perto os próximos passos de Aras que possam resultar em ação penal no STF. Eles querem garantir o seguimento dos pedidos de indiciamento dos investigados pela CPI. No caso de omissão, procrastinação ou arquivamento das indicações de indiciamento do relatório, os senadores também irão dar início a um pedido de impeachment no Congresso contra o PGR.

O G7 planeja, ainda, a criação de um observatório em forma de frente parlamentar após a entrega do relatório para acompanhar o andamento do inquérito na justiça. O senador Marcos Rogério (DEM-RO) afirmou, na terça, que haverá um projeto semelhante por parte dos governistas.

"Vai ter um grupo para dar sequência ao trabalho da CPI naquilo que a CPI não fez: acompanhando os estados e a CPI do Rio Grande do Norte. Lá, estão investigando o escândalo que o senado deixou de acompanhar aqui, no caso do Consórcio Nordeste", concluiu Rogério.

Contra Renan- Enquanto o G7 articula pressões sobre a PGR, a ala governista no Senado deposita no órgão a esperança de conseguir o arquivamento dos pedidos de inquéritos. Ainda dentro das estratégias da base para barrar o avanço das apurações a partir do relatório final da CPI, o senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ) planeja encaminhar uma representação à Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o relator da CPI da Covid-19, Renan Calheiros (MDB-AL). O filho do presidente da república acusa Renan de 20 crimes supostamente praticados ao longo de seus trabalhos na CPI. Entre eles, está a prevaricação, estelionato, injúria e difamação.Na última quarta-feira (20), Marcos Rogério afirmou que, uma vez chegando à procuradoria, o relatório de Renan seria arquivado por inconstitucionalidade. (Com informações do site: Congresso em Foco)

Comissão aprova texto-base da PEC dos Precatórios com mudança no teto de gastos para viabilizar Auxílio Brasil

A comissão especial criada na Câmara para analisar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios aprovou nesta quinta-feira (21) o texto-base da proposição por 23 votos a 11.

A conclusão da votação ainda dependia da análise de oito destaques (sugestões pontuais de alteração do texto principal), que não tinha terminado até a última atualização desta reportagem.

Vencida a etapa da comissão, o texto seguirá para o plenário, onde precisa obter pelo menos 308 votos em dois turnos para ser aprovado.

A PEC fixa um limite, a cada exercício financeiro, para as despesas com precatórios (dívidas da União já reconhecidas pela Justiça).

O texto é uma das apostas do governo federal para viabilizar o Auxílio Brasil, programa social que deve substituir o Bolsa Família.

O governo tenta reduzir o montante de precatórios a ser quitado em 2022 para, com o restante do dinheiro, conseguir pagar o novo programa social. A intenção é que cada família beneficiária do novo programa receba, pelo menos, R$ 400 por mês no próximo ano.

A aprovação pela comissão do parecer sobre a proposta, de autoria do relator, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), abre espaço orçamentário para bancar o programa sem "furar" o teto de gastos, que limita o crescimento da maior parte das despesas públicas à inflação.

Além de restringir o pagamento de precatórios, a PEC altera a regra de correção do teto de gastos.

Atualmente, a fórmula considera o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apurado entre julho de um ano e junho do ano seguinte. O período considerado é esse porque é o dado disponível no momento em que o governo tem de enviar ao Congresso o projeto de orçamento do ano seguinte.

Com a mudança proposta pela PEC, o IPCA passa a ser apurado entre janeiro e dezembro. Essa mudança no cálculo também afeta o pagamento dos precatórios, já que o governo propõe limitar a alta dessas despesas pelo mesmo índice.

A mudança parece simples mas, segundo o relator, a alteração na fórmula e o limite de pagamento dos precatórios liberam quase R$ 84 bilhões para despesas em 2022, ano eleitoral. Na prática, o governo conseguiria essa margem para contornar o teto de gastos. Técnicos do Congresso estimam que esse espaço orçamentário pode ser ainda maior e ultrapassar R$ 95 bilhões.

A proposta de furar o teto para bancar o programa social repercutiu negativamente no mercado.

Discussão

Antes da votação, o relator da matéria disse que cerca de 17 milhões de famílias serão beneficiadas e defendeu que o texto obedece às regras fiscais.

"Nós temos sim a preocupação de fazermos o social, de podermos levar esse auxílio, mas nós temos uma preocupação ainda maior também de continuarmos a obedecer as regras fiscais, porque não adianta aqui sermos irresponsáveis fiscalmente, porque isso irá culminar com uma inflação ainda maior, e nós sabemos que não adianta dar com uma mão e tirar com a outra", disse Hugo Motta.

Polêmica, a proposta foi alvo de críticas na comissão especial. Parlamentares, principalmente da oposição, afirmam que a mudança é uma forma de dar "calote" no pagamento dos precatórios.

"O que está sendo feito aqui, na verdade, é um calote. Nós vamos dar um calote na dívida dos precatórios no país. Por essa razão, a oposição não pode aceitar a forma açodada e absolutamente inconsequente com que o Governo está conduzindo essa política", disse o deputado Bira do Pindaré (PSB-MA).

Gilson Marques (Novo-SC) criticou as mudanças no parecer, protocolado minutos antes da sessão começar.

"Um tema extremamente complexo de um alto impacto financeiro, social, fiscal. Não é possível, de uma maneira técnica, analisar todos os contextos, impactos e consequências relativos a isso", disse o parlamentar.

Defensor da proposta, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), compareceu por alguns minutos à sessão, mas não quis falar com a imprensa. Em outras ocasiões, ele disse que a PEC é prioridade da Casa.

Regra 'casuística'

A regra proposta na PEC, segundo os técnicos do Congresso, é "totalmente casuística" - ou seja, foi pensada apenas para resolver o próximo ano.

De 2023 em diante, não há qualquer garantia de que o cálculo de janeiro a dezembro seja mais vantajoso que o modelo atual. Ou seja, a mudança pode incluir um aperto nos orçamentos federais nos anos seguintes.

A mudança no relatório, protocolado nesta quinta-feira, serve para bancar o novo valor do Auxílio Brasil, de R$ 400, anunciado oficialmente pelo governo nesta quarta-feira (20). O governo quer reajustar o Bolsa Família em 20% e, depois, chegar aos R$ 400 com um "benefício temporário".

Ao criar um programa temporário, o governo federal fica dispensado de apontar uma nova fonte permanente de recursos - essa é a principal dificuldade da equipe econômica para viabilizar o Auxílio Brasil.

Os técnicos do Congresso ouvidos pelo g1 e pela TV Globo afirmam também que a abertura dessa folga orçamentária em 2022 pode levar o governo a gastar mais recursos para atender a pedidos de parlamentares - por exemplo, com as emendas de relator, criticadas pela falta de transparência.

Nova versão

Motta já havia lido um relatório sobre a matéria há duas semanas. Na oportunidade, o parecer estipulou um limite para despesas com precatórios para cada exercício financeiro, o que, se aprovado, abriria espaço orçamentário de R$ 50 bilhões para bancar o programa sem furar o teto de gastos.

Nesta quinta, ao apresentar a nova versão, Motta disse claramente que a mudança servirá para incluir o Auxílio Brasil nas contas do próximo ano.

"Estamos trazendo correção do teto de gastos de janeiro a dezembro de cada ano, para que a gente consiga, com isso, encontrar a saída do espaço fiscal necessário para cuidarmos de quem mais precisa", afirmou o relator.

Na prática, a mudança na correção monetária do teto de gastos quase dobra a folga fiscal gerada pela PEC dos Precatórios - que passará de R$ 50 bilhões para algo entre R$ 80 bilhões e R$ 90 bilhões.

Espaço no teto

Até este ano, o governo vinha pagando integralmente os precatórios. A partir de 2022, a conta passará de R$ 54,7 bilhões para cerca de R$ 90 bilhões, o que, segundo o Poder Executivo, inviabiliza o lançamento do novo programa social.

Por isso, a PEC estipula um teto para gastos com precatórios, abrindo espaço fiscal para bancar o programa. A mudança no período de correção também ajuda abrir mais espaço no orçamento.

Segundo o texto , os precatórios de menor valor terão prioridade de pagamento e os que não forem pagos no exercício previsto em razão do estouro do teto fixado na proposta terão prioridade nos exercícios seguintes.

Relator diz que nova versão abre 'espaço fiscal' de mais de R$ 80 bi para governo bancar Auxílio Brasil

Auxílio Brasil

O governo anunciou na quarta-feira (20) que o Auxílio Brasil deverá ter mesmo o valor de R$ 400.

Para permitir essa despesa, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que estudaria uma forma de alterar o teto de gastos. Essa alteração foi apresentada nesta quinta na PEC dos Precatórios.

Vacinação

O relatório prevê que, se o novo cálculo for aprovado, a aplicação no Orçamento de 2021 fica limitada a R$ 15 bilhões.

E que, se isso acontecer, o saldo deve ser usado exclusivamente para despesas da vacinação contra Covid ou "relacionadas a ações emergenciais e temporárias de caráter socioeconômico" - o que poderia, também, incluir os gastos com o Auxílio Brasil.

Na avaliação de técnicos, esse dispositivo pode resolver uma lacuna sobre recursos para a vacinação no ano seguinte. Como o governo encaminhou o projeto do Orçamento de 2022 sem previsão orçamentária para os imunizantes, essa previsão seria uma forma de garantir os valores ainda em 2021.

Petrobras diz que não há perspectiva para estabilização do preço dos combustíveis

O gerente-geral de Comercialização no Mercado Interno da Petrobras, Sandro Barreto, disse no dia de ontem aos integrantes da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados que ainda não há perspectiva para a estabilização dos preços dos combustíveis. Ele explicou que existem pressões de aumento de consumo com o inverno no Hemisfério Norte e com a aceleração da produção global a partir da melhoria dos números da pandemia de Covid-19.

O técnico informou que os países produtores de petróleo vêm aumentando a produção de derivados, mas não há como saber se o ponto de equilíbrio entre oferta e demanda está próximo.

Por sua vez, o coordenador de Defesa da Concorrência da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Bruno Caselli, afirmou que a alta de 28,2% do etanol nos últimos seis meses está relacionada a opções das usinas sobre fabricar álcool ou açúcar, porém também reflete a alta mundial de todos os produtos ligados ao setor de energia. No mesmo período, a gasolina subiu 16,5%.

Concorrência

Já para o presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, deputado Celso Russomanno (Republicanos-SP), ainda falta concorrência no setor de etanol. Ele pediu que os técnicos informem com mais detalhes se já está sendo praticada a venda direta das usinas para os postos nesse segmento.

Sandro Barreto disse que, do preço médio da gasolina, de R$ 6,32, apenas R$ 2,18 são devidos à Petrobras. Os impostos estaduais e federais ficam com R$ 2,40; os distribuidores e revendedores, com R$ 0,69; e o anidro, com R$ 1,06.

Ele voltou a afirmar que a estatal tem preços livres, que seguem a flutuação internacional. "O mercado de commodities é extremamente volátil, nervoso. Taxa de câmbio também tem uma variação bastante intensa, às vezes de um dia para o outro. E o que a Petrobras busca na sua política de preços é justamente evitar o repasse dessa volatilidade imediata para a sua precificação no mercado brasileiro", declarou Barreto.

Cleia Viana/Câmara dos Deputados

Na opinião do coordenador-geral de Estudos e Monitoramento de Mercado Substituto da Secretaria Nacional do Consumidor, Paulo Nei, é preciso discutir mais os pontos de concentração de mercado no setor de combustíveis. "O preço aumenta na Petrobras e rapidamente chega ao consumidor, por outro lado, quando diminui, sem sempre o cliente sente essa redução. Existem elos nessa cadeia produtiva que ainda são muito concentrados, e isso precisa ser debatido também."

]ICMS

O diretor de Programa na Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Bruno Negris, lembrou que o governo tem avaliado com os estados a possibilidade de cobrar o ICMS de maneira que o tributo não aumente com a elevação do preço da gasolina nas refinarias.

No último dia 13, a Câmara dos Deputados aprovou projeto (PLP 11/20) que estabelece um valor fixo para a cobrança de ICMS sobre os combustíveis. A proposta ainda aguarda análise do Senado. (Com informações da Agência Câmara de Notícias)

Acre firma carta de intenções com Bolívia para coibir crimes na fronteira

O governo do Acre assinou juntamente com representantes dos estados do Mato Grosso e Rondônia e o vice-ministro da segurança da Bolívia, uma carta de intenções com 17 itens, onde os estados e os país vizinho se comprometem agir em conjunto no combate aos crimes fronteiriços. Como testemunho e maior apoiador do acordo estava o diretor de operações em segurança do Ministério da Justiça, Alfredo de Souza.

Durante dois dias (20 e 21) o governo do Acre, através da secretaria de segurança sediou o encontro entre representantes dos estados que fazem fronteira com a Bolívia e representantes do governo Boliviano para buscar alternativas para reduzir os crimes comuns fronteira com tráfico de armas, de drogas e a passagem de veículos roubados e furtados. A meta era reduzir a burocracia.

Do encontro nasceu uma carta de intenções com 17 itens onde os governos dos estados que fazem fronteira com a Bolívia e o governo boliviano se comprometem em fazer: patrulhamento em conjunto, capacitação dos agentes que trabalham na fronteira, montar estratégias integradas, criar um cronograma regular de trabalho, criação de um canal de comunicação, manter entre os dois países informações sobre presos e veículos furtados. Ambos devem aumentar e intensificar a repressão as quadrilhas especializadas em furto e receptação veículos e deverão buscar tecnologias de identificação desses carros e motos que passam de uma país para o outro por furto e roubo.

Segundo o coronel Paulo Cézar, secretário segurança do Acre, esse foi um primeiro passo na busca do aprimoramento das regiões de fronteira das forças policiais. "Sem integração é impossível combater esses crimes transfronteiriços. Por isso chamamos todos os envolvidos para buscarmos juntos uma solução", ponderou.

O governo do Acre ao fazer esse encontro convidou membros do governo boliviano. É que os comandos nos departamentos mudam constantemente, e isso põe fim nos acordos e convênios firmados. "Com a carta de intenções conta com o vice-ministro de segurança boliviana Roberto Rios e com um representante do Ministério da Justiça do Brasil.

Acre sediou I º Encontro de Segurança Fronteiriça Brasil-Bolívia

O governador Gladson Cameli, disse que a intenção é aumentar ainda mais as operações na área de fronteira. O Gefron vem dando uma resposta positiva no combate ao tráfico de drogas, mas ainda é preciso mais repressão para evitar a passagem de veículos roubados. Nessa quinta-feira a secretaria de segurança recebeu 31 camionetes, 13 quadriciclos e equipamentos de proteção.

Durante encontro sobre segurança na fronteira, governo do Estado investe mais R$ 9,7 milhões nas forças policiais

O Acre sediou entre os dias 20 e 21 de outubro o I Encontro de Segurança Fronteiriça Brasil-Bolívia. O evento teve como principal objetivo fortalecer as ações desenvolvidas pelas forças policiais dos dois países, bem como estreitar as relações interinstitucionais. Durante o encontro, houve ainda a assinatura de uma carta de intenções, que pontou uma série de itens referentes a adoção de estratégias no enfrentamento aos crimes transfronteiriços.

Brasil e Bolívia possuem a maior faixa de fronteira entre os países da América do Sul. Essa peculiaridade é responsável por grandes desafios a serem superados na área da Segurança Pública. Os 3.423 quilômetros que delimitam as duas nações são, em sua maioria, locais inóspitos, que acabam facilitando a prática de delitos, principalmente o tráfico de drogas, armas e pessoas, além da travessia de veículos roubados.

Presente à solenidade, o governador Gladson Cameli fez um retrospecto positivo dos inúmeros investimentos realizados em sua administração em prol da Segurança Pública acreana. Sobre o tema específico do encontro, o chefe de Estado recordou a criação do Grupamento Especial de Fronteira (Gefron). Em atuação desde 2019 , a força policial tem se destacado por sua atuação firme no combate aos crimes fronteiriços."Aqui no Acre, criamos o Gefron para reforçar as ações de segurança nos milhares de quilômetros de fronteira que temos com a Bolívia e o Peru. Mas essa iniciativa do nosso governo, como todos sabem, não é o suficiente para darmos conta dessa imensa tarefa. Precisamos do apoio constante da Polícia Federal, do nosso Exército e da União com as forças de segurança dos países vizinhos", declarou.

Já o vice-ministro de Segurança Cidadã da Bolívia, Roberto Ríos Sanjinés, enalteceu a realização do encontro binacional. Segundo ele, os dois países precisam estar mais unidos e alinhados por meio de estratégias que resultem em duros golpes contra a criminalidade.

"Estes espaços de irmandade entre os países vizinhos nos permitem coordenar ações para lutar contra a delinquência. Os delitos transnacionais merecem ter atenção não só das instituições federais, mas de todas as instâncias que temos nos dois países. É muito importante que a burocracia não seja obstáculo e nos permitam avançar", afirmou.

Carta de intenções é assinada entre os dois países

Autoridades dos estados brasileiros do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e dos departamentos bolivianos de Pando e Santa Cruz assinaram uma carta de intenções com 17 propostas para robustecer o combate a criminalidade na região de fronteira. O documento também foi referendado por representantes dos governos nacionais dos dois países.

Entre os pontos pactuados, destaque para o intercâmbio entre as polícias bolivianas e brasileiras; criação de enlaces, por meio de grupos em redes sociais, para discussão de interesses no nível estratégico; patrulhamento policial conjunto na região de fronteira; promoção de atividades de capacitação integrada permanentes destinadas ao combate dos crimes transfronteiriços; implementação de tecnologia integrada de consulta de veículos; e implementação de tecnologia de busca de pessoas, em especial de indivíduos com mandados de prisão. "Saímos deste encontro com uma carta de intenções com 17 estratégias pontuais, que potencializarão o combate aos crimes transfronteiriços, que passam pelo Brasil e Bolívia. É um grande avanço e o primeiro momento que estamos observando, efetivamente, ações integradas dos Estados brasileiros, independentemente de competência ou atribuição constitucional, no sentido de esclarecer o combate e a prevenção adequada a estes crimes", explicou o secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Paulo Cézar Rocha dos Santos.

Governador entregou 31 viaturas para reforço da segurança na fronteira

Segurança Pública do Acre recebe novas viaturas, equipamentos e insumos

Como parte da programação do encontro, o governador Gladson Cameli fez a entrega de 31 viaturas policiais, 13 quadriciclos, equipamentos de informática, insumos para o Departamento de Polícia Técnico-Científica, coletes de proteção balística e capacetes balísticos. Ao todo, o investimento por parte do Estado foi de R$ 9,7 milhões.

"A Polícia Civil está recebendo viaturas específicas para o Departamento de Polícia Técnico-Científica, o nosso serviço de perícia, que é fundamental para atender e solucionar os inquéritos e investigações em andamento. São três viaturas caracterizadas e outras descaracterizadas, que servirão às equipes de investigação. São investimentos fundamentais e quem ganha com isso é a sociedade", disse o diretor-geral da Polícia Civil, delegado Josemar Portes.

Nos próximos dias, mais 67 viaturas serão entregues à Segurança Pública. O governo do Estado não vem medindo esforços para combater o crime e restabelecer a paz entre as famílias do Acre. Desde o início da gestão Gladson Cameli, as forças policiais têm sido completamente reestruturadas. Somente na contratação de profissionais, mais de mil agentes das polícias Militar e Civil foram contratados. Muito em breve, novos concursos públicos serão realizados para reforçar os quadros das instituições que integram o Sistema Integrado de Segurança Pública (Sisp).